

MARCAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

¹Élida Daiane de Queiroz Santos, ²Tiago José da Silva, ³Polyana Fernandes.

¹Elidadqs@gmail.com.Faculdade dos Palmares/ Graduandos em enfermagem.

²Thiagosilva@outlook.com. Faculdade dos Palmares/ Graduandos em enfermagem.

³Polyanafernandes@faculadadedospalmares.com.br. Faculdade dos Palmares/Docente da Faculdade dos Palmares – FAP.

Resumo

A violência obstétrica tem sido uma triste realidade no cenário brasileiro e a omissão do Estado torna-se um agravante dessa prática. A humanização do parto não só é urgente e deve ser realizada de forma integral, como também são necessárias ações específicas por parte dos próprios profissionais de saúde, que valorizem a autonomia e a dignidade da gestante, principalmente durante o parto. As violências obstétricas podem ocorrer de forma verbal, moral, física e psicológica, sendo perpetrada por médicos, enfermeiros ou outros profissionais da assistência. Este estudo teve como objetivo analisar as repercussões das violências obstétricas às mulheres no Brasil e o papel do enfermeiro frente a este cenário. Esta pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura de estudos envolvendo publicações científicas sobre as marcas da violência obstétrica física e psicológica no Brasil, com pesquisa nas bases de dados: SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e LILACS Como critérios de inclusão serão selecionados artigos completos, publicados em Português, que apresentem especificidade com o tema, a problemática do estudo, que contenham as palavras-chave selecionadas e aqueles publicados no período supracitado (até 5 anos). Como critério de exclusão artigos que não atendam a temática proposta ou fora do período escolhido. Assim, conclui-se que as violências obstétricas são praticadas diariamente durante a prestação de serviços, muitas delas são passadas despercebidas por falta de conhecimento da usuária, seja ela, nas urgências e emergência obstétrica, nas maternidades etc. Desse modo, o profissional enfermeiro desempenha um papel de extrema importância na prevenção da violência obstétrica. Por meio dos atendimentos, ele pode garantir a saúde e a dignidade da mulher, orientando e esclarecendo sobre os tipos de violência que podem ocorrer durante o período pré-natal, no parto e no pós-parto.

Palavras-chave: Violência Obstétrica, Assistência de Enfermagem, violência contra mulher.

Abstract

Obstetric violence has been a sad reality in the Brazilian scenario and the omission of the State becomes an aggravating factor in this practice. The humanization of childbirth is not only urgent and must be carried out comprehensively, but specific actions are also necessary on the part of health professionals themselves, which value the autonomy and dignity of the pregnant woman, especially during childbirth. Obstetric violence can occur verbally, morally, physically and psychologically, being perpetrated by doctors, nurses or other care professionals. This study aimed to analyze the repercussions of obstetric violence on women in Brazil and the role of nurses in this scenario. This research is an integrative review of the literature of studies involving scientific publications on the marks of physical and psychological obstetric violence in Brazil, with research in the databases: SciELO (Scientific Electronic Library Online) and LILACS As inclusion criteria will be selected complete articles, published in Portuguese, that present specificity with the theme, the problem of the study, that contain the selected keywords and those published in the aforementioned period (up to 5 years). As an exclusion criterion, articles that do not meet the proposed theme or outside the chosen period. Thus, it is concluded that obstetric violence is practiced daily during the provision of services, many of which go unnoticed due to lack of knowledge on the part of the user, be it in emergency and obstetric emergencies, in maternity wards, etc. Therefore, professional nurses play an extremely important role in preventing obstetric violence. Through care, it can guarantee women's health and dignity, providing guidance and clarification on the types of violence that can occur during the prenatal period, during childbirth and postpartum.

Keywords: Obstetric Violence, Nursing Care, violence against women.

Introdução

De acordo com a Constituição Federativa do Brasil, em seu Artigo de Nº 196 estabelecido no ano de 1988, afirma que a saúde é um direito de todos cidadãos sendo garantido pelo o Estado, visando a diminuição de risco de doença e outros agravos, garantido a promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 1988).

Portanto a violência contra a mulher se baseia em qualquer ação com agressão ou coerção, causando danos, morte, sofrimento físico e psicológico, seja ele, ocasionado em lugares públicos ou privados (Brasil, 2009). Esses tipos de agressão contra mulher acontecem há décadas, em todas as classes sociais, requerendo que haja uma reeducação e uma mudança da cultura brasileira, ocasionando uma penalidade de criminalização mais severa ao agressor (Lawrenz et al., 2018).

A violência obstétrica afeta diretamente o sexo feminino e pode acontecer nas fases da gravidez, parto e puerpério. É uma violação de direitos das mulheres, atingindo sua independência, seu corpo e os processos reprodutivos femininos, podendo se manifestar como assédio verbal, físico ou sexual e aceitação desnecessária de intervenções como: Kristeler e episiotomia e procedimentos cientificamente comprovados; onde afeta negativamente a qualidade de vida da mulher causando turbulência emocional, trauma, depressão e dificuldades com sua vida sexual (Brasil, 2020).

A violência obstétrica não é baseada apenas em um conceito, é um processo que caracteriza maus-tratos e práticas desnecessárias durante a prestação da assistência a mulher, diminuindo os direitos das mulheres sua autonomia. Esse tipo de prática muitas vezes passa despercebido pela mulher, por ser uma prática cultural estereotipada de desvalorização e submissão da mulher, atravessada pelas ideologias dos prestadores de serviço da instituição, se tornam naturalizadas na cultura institucional (Zanardo et al., 2018).

A enfermagem obstétrica tem uma grande responsabilidade na prevenção da violência durante o parto e no pós parto. Através desse serviço especializado durante o atendimento, acolhendo a mulher com uma abordagem holística, causando a diminuição os índices de mortalidade materna e da violência obstétrica, sendo um atendimento humanizado

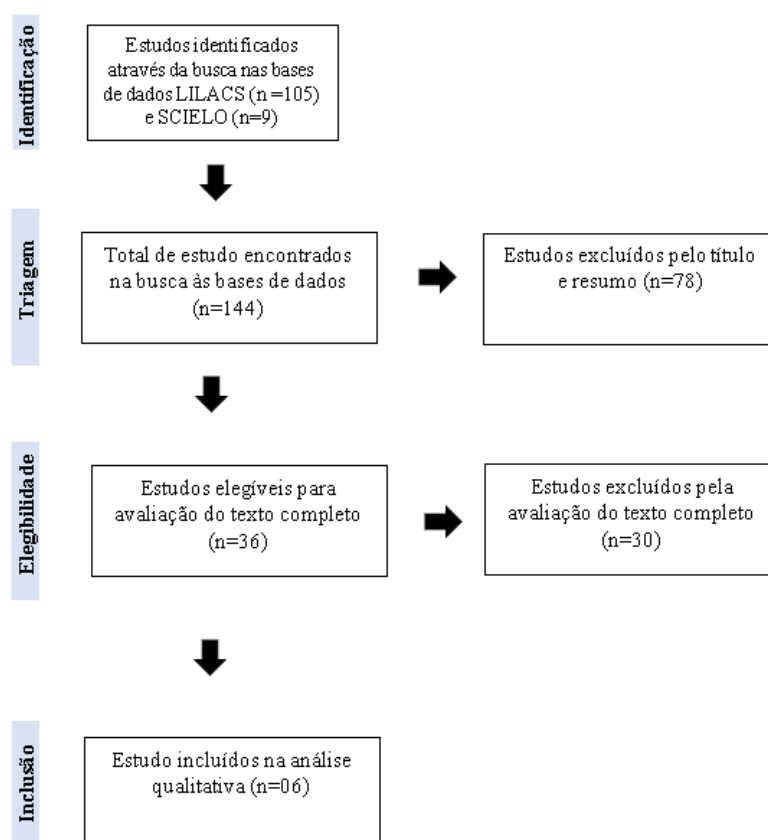
voltado ao empoderamento da mulher, respeitando seus limites e vontades durante o parto e o pós parto (Santos; Oliveira, 2022).

Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar as repercussões das violências obstétricas às mulheres no Brasil e o papel do enfermeiro frente a este cenário.

Metodologia

Foi realizado um estudo de revisão integrativa da literatura para compreender marcas da violência obstétrica física e psicológica no Brasil, com pesquisa nas bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e de Caribe em Ciência da Saúde). A busca foi feita no período de agosto a dezembro de 2023 utilizando os seguintes descritores: Violência Obstétrica, Assistência de Enfermagem, violência contra mulher. Como critérios de inclusão serão selecionados artigos completos, publicados em Português, que apresentem especificidade com o tema, a problemática do estudo, que contenham as palavras-chave selecionadas e aqueles publicados no período supracitado (até 5 anos). Como critério de exclusão artigos que não atendam a temática proposta ou fora do período escolhido.

Fig.1. Busca e seleção dos estudos para a revisão



Resultados

Os artigos científicos incluídos nesta revisão estão descritos nos quadros 1, que mostram: autor(es), método aplicada, objetivos e resultados. Foram encontrados 114 artigos nacionais, estando completos e apto com o tema,

36 dos quais realizamos a leitura e destes seis artigos se enquadravam nos critérios da pesquisa. Após essa etapa foi executada a análise dos mesmos.

Quadro 01- Síntese dos estudos pesquisados quanto ao autor, objetivo, método e resultado. Palmares - Pernambuco/Brasil, 2023.

Autor/Ano	Objetivo	Método	Resultado
Trajano e Barreto (2021)	Analisar a violência obstétrica descrita pelos entrevistados por meio da perspectiva de gênero.	Foi realizado um estudo exploratório com abordagem qualitativa, implementado com entrevistas de profissionais que realizam assistência a mulheres durante o trabalho de parto e o parto, em hospital público, conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), localizado em Belém do Pará, no setor de Pré-parto, Parto e Puerpério (PPP). Foi utilizada uma amostra de conveniência com vinte entrevistas de um universo de 79 profissionais elegíveis para o estudo.	A maioria dos participantes da pesquisa era do sexo feminino, representada por 16 entrevistados (80%). A respeito da categoria profissional, 11 entrevistados eram médicos (55%), somando-se médicos em especialização e médicos já especialistas. A maioria dos participantes estava realizando especialização durante a coleta de dados,

			caracterizada como residentes, com 16 participantes (65%). A idade dos entrevistados variou entre 23 e 56 anos, com predominância da faixa etária de 20 a 29 anos, com 11 entrevistados (55%).
Medeiros e Nascimento (2022)	Analisar a violência obstétrica e suas diversas expressões sob a ótica de puérperas.	Estudo qualitativo, desenvolvido com as puérperas acompanhadas que realizaram o pré-natal em uma Unidade Básica de Saúde situada no nordeste brasileiro, mais especificamente na região do semiárido potiguar.	A idade das entrevistadas variou entre 18 e 40 anos. Predominantemente, as entrevistadas se autodeclararam pardas (oito); enquanto quatro se denominaram brancas; a renda mensal individual variou entre 0 a 3 ^{1/2} salários mínimos e a renda familiar variou de 1 a 4 ^{1/2} salários. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o salário mínimo nesse período variou entre R\$ 788,00 à 880,00 (na época, cerca de U\$S 198 à U\$S 220 dólares) (IBGE, 2006). Seis entrevistadas exerciam alguma atividade remunerada e, em alguns casos, esta era a única fonte de renda para a subsistência da família; sete também eram usuárias do Programa Bolsa Família, visando, desse modo, minimizar as dificuldades financeiras e sociais.
Ladeira e Borges (2022)	Construir uma inteligibilidade sobre a sujeição da mulher à autoridade médico-hospitalar no momento da gestação e do parto, como um processo de colonização do corpo, ou seja, de violência obstétrica.	Estudo com abordagem qualitativa, envolvendo narrativas de 24 mulheres que contam histórias sobre como elas se sentiram despersonalizadas no momento do parto, denota que este tem se constituído de modo colonizado e violento.	Na relação dessas mulheres com o sistema obstétrico, impera toda forma de objetificação do corpo, de violência obstétrica e de não atendimento às vontades da mulher enquanto ser protagonista do parto. Impera a tutela profissional em detrimento da atuação do saber do corpo, do sensível, do comum. A alternativa à excessiva autoridade médica/hospitalar no processo tradicional têm sido a busca por equipes humanizadas,

			desarticulando o procedimento hegemônico a partir do desejo de viver o parto como uma experiência de protagonismo.
Martins et. Al (2022) ¹	Analisar as denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, a fim de mapear as instituições de saúde do Amazonas envolvidas em violência obstétrica; as técnicas que são consideradas, pelas mulheres, como violentas; e realizar levantamento das categorias profissionais que foram denunciadas como autoras de violência obstétrica.	Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório e documental, realizado de janeiro a abril de 2018 no Ministério Público Federal do Amazonas. Os dados foram analisados por estatística descritiva, sendo apresentadas em frequências absolutas e relativas	Foram analisadas 43 denúncias sobre violência obstétrica protocoladas entre 2008 e 2018, detectaram-se 12 maneiras diferentes de realizar a denúncia; 13 instituições de saúde, 29 técnicas consideradas violentas; além de identificar 8 especialidades profissionais denunciadas.
Silva et. Al (2023)	Descrever a experiência da realização de ação de educação em saúde sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres em um hospital regional do interior do Rio Grande do Norte (RN), utilizando a Roda de Conversa como metodologia e tendo agosto Lilás como referência.	Trata-se de um relato de experiência sobre a ação realizada na Clínica Obstétrica de um hospital regional situado no município de Currais Novos, localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, em agosto de 2022.	Percebeu-se boa participação do público e que os acompanhantes já conheciam alguns tipos de violência. No entanto, as profissionais apresentaram poucos conhecimentos acerca da temática, o que acarreta a desinformação sobre o que fazer quando estas demandas chegarem ao serviço de saúde.
Nascimento et. Al (2022)	Compreender o papel dos enfermeiros na prevenção da violência obstétrica no parto.	Pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando-se do método estudo de campo, realizada em um hospital público do Brasil, contando com a participação de 10 enfermeiros.	A análise dos dados resultou em categorias que possibilitaram discutir o enfrentamento da violência, os papéis profissionais e as ferramentas que possibilitam a execução de boas práticas no parto.

Discussão

Violência obstétrica no Brasil

A violência obstétrica vem se tornando uma realidade lamentável no contexto brasileiro, e a falta de ação do Estado só agrava essa situação. A humanização do parto não

apenas é uma urgência, mas deve ser implementada de maneira adequada integral, como também são necessárias ações específicas por parte dos próprios profissionais de saúde, que valorizem a autonomia e a dignidade da gestante e principalmente durante o parto. Um dos fatos mais chocantes é o crescente número

de casos de violência contra a mulher durante o parto e no puerpério (Abreu; Quintilio, 2022).

De acordo com o Ministério da Saúde, a violência pode ser cometida de forma verbal, moral, física e psicológica (Brasil, 2021). Tendo em vista sua multiplicidade torna-se fato recorrente nas prestações dos serviços por parte dos profissionais de saúde. As mulheres, que são atravessadas por parâmetros culturais ou desconhecem que determinadas práticas são agressoras podem não perceber que estão sofrendo uma agressão já que a cultura subsidia práticas de atendimentos que naturalizam este aspecto agressor. (Lansk et al., 2019).

De acordo com Lemos et al., (2019), a violência obstétrica perpetrada por médicos e enfermeiros é comum no Brasil, principalmente na forma de negligência, abuso verbal e violência física, excluindo a violência sexual.

A superabundância de intervenções no parto no Brasil tem sido mencionada como violência obstétrica e contribui para índices alarmantes de morbimortalidade materna e neonatal. A exposição Sentidos do Nascer tem o objetivo de promover o parto normal a fim de melhorar a saúde e a experiência de dar à luz no país. No entanto, o reconhecimento de procedimentos desatualizados ou prejudiciais durante a assistência ao parto como violência obstétrica ainda são baixos. A violência obstétrica foi relatada por 12,6% das mulheres e estava associada ao estado civil, à menor renda, à ausência de um parceiro, ao parto em posição litotômica, à realização da manobra de Kristeller e à separação precoce do bebê após o parto (Lansky et al., 2019). De acordo com a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), 2022. revelou que 53,5% das mulheres que opta pelo parto normal sofreram episiotomia.

De acordo com Ladeira e Borges., (2022), a violência obstétrica pode ser classificada como: psicofísica verbal, interferindo a integridade física, psíquica e o emocional da mulher durante o percurso do pré-parto, parto e pós-parto. Classificado como violência verbal, discursos e risos que não estão apropriados ao momento, constrangendo a paciente durante o procedimento e não respeitando a dor. O físico, podemos citar o toque vaginal quando são realizados sem a autorização da paciente, quando não essencial.

A violência obstétrica é um ato negligente e discriminatório e atividades de educação em saúde são essenciais. A violência

no parto ocorre não apenas durante o parto, mas também durante o pré-natal, o parto e o momento do parto, principalmente na forma de violência verbal e física. No entanto, inúmeras estratégias, como práticas de intervenção maldosas e desnecessárias, contradizem os modelos biomédicos. A baixa conscientização da gestante dificulta seu papel, levando a prejuízos biopsicossociais (Santos et al., 2023).

A violência acometida dentro das maternidades são algo complexo e multidimensional, algo que acontece a décadas durante as práticas assistenciais, tornando a equipe multiprofissional soberana no domínio do corpo da mulher (Trajano; Barreto, 2021).

Explicações gerais sobre a violência obstétrica às mulheres no Brasil

A forma verbal é o tipo de agressão mais acometida durante o atendimento às mulheres. As mulheres negras são as que mais sofrem com essa violência, seja, durante o pré-natal, ou até o pós parto, tendo um atendimento desigual e afetando o psicológico da paciente, muitas vezes por terem um nível de escolaridade baixo e não terem sido orientadas durante as consultas do pré-natal sobre os tipos de violência (Alencar et al., 2022).

De acordo com Assis et al. (2021), a agressão via oral e física tem um impacto negativo durante e após o parto, afetando o lado emocional da mulher, trazendo os sentimentos de: medo, insegurança e angústia, sendo assim, trazendo prejuízo em primeiro momento mãe-bebê. Na parte física existe a episiorrafia sendo muitas vezes desnecessário o procedimento, acarretando sofrimento físico e psicológico à puérpera, e que, para a cultura, a dor durante esse procedimento torna-se normal.

A violência obstétrica no dia-a-dia pode ser vivenciada e nem ser percebida, estão inclusos violência física, negligência e frieza, privação de alimentos, negação de ter um acompanhante em todas as etapas do pré-parto, parto e pós-parto, realização de exames de toques repetitivos e dolorosos, violação do direito ao sigilo e confidencialidade, negação do direito à informação, realização da manobra de Kristeller e da episiotomia. Este tipo de agressão é comum na prática da assistência hospitalar deste a equipe médica até da

enfermagem deixando a mulher vulnerável (Medeiros; Nascimento, 2022).

O procedimento eventual do parto é um evento repleto de possíveis enganos, comportamentos dolorosos e negligência que podem levar à violência no parto e causar traumas psicofísico irreversíveis. Algumas intervenções de enfermagem podem ser realizadas para diminuir o sofrimento da parturiente, são elas: promover um ambiente acolhedor e calmo, utilizando medidas não farmacológicas e não invasivas. O enfermeiro desempenha um papel muito importante por promover vínculo com a parturiente e sua família durante toda a gestação (Ismael et al., 2020).

No ano de 2001, a prática do método de Kristeller e da episiotomia foram proibidas, tornando-se uma forma de violência obstétrica contra as mulheres. O uso da episiotomia é recomendado apenas em casos de partos com alto risco de laceração perineal grave ou quando há necessidade de auxiliar o nascimento de um feto que demonstre sinais de comprometimento na oxigenação. Descrito pelo ginecologista alemão Samuel Kristeller em 1867, o método consiste na aplicação de pressão na região superior do útero para facilitar a saída do feto. No entanto, não há evidência que comprove seus benefícios durante o parto, podendo causar traumas tanto para o recém-nascido quanto para a mãe, incluindo a possibilidade de laceração placentária (Fundação Oswaldo Cruz, 2018).

De acordo com o Ministério da Saúde, (2018), realizou uma entrevista sobre violência obstétrica com A.G.S.B. que foi submetida a episiotomia e a manobra de Kristeller, após dois anos e meio depois luta para tentar minimizar as sequelas neurológicas causadas ao bebê pela manobra. Aos seis dias de vida, T.S.B começou apresentar convulsões. Ele foi internado e descobriram que o então recém-nascido havia sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Ele permaneceu internado por um mês e meio, a maior parte desse tempo na UTI. Ele sobreviveu, mas ficou com atraso no desenvolvimento cognitivo e motor. Atualmente, ele tem dois anos e meio e não apresenta fala, não consegue andar e sofre com crises epiléticas", relata a mãe. "Depois de muito investigar, a neurologista chegou a essa

conclusão que ocorreu por causa do trauma que sofreu no momento da manobra de Kristeller, afirma a mãe.

Papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica

O enfermeiro é peça chave na prevenção da violência obstétrica, através dos atendimentos pode assegurar a saúde e a dignidade da mulher, através das orientações e esclarecimento dos tipos de violência que pode ser cometida contra a mulher no pré-natal, parto e no pós parto. Tomando o enfermeiro fundamental durante a prestação de informações, sendo assim, o papel do enfermeiro é enfatizar a independência e visibilidade no cuidado à saúde da mulher (Oliveira et al., 2020).

De acordo com Martins et. al, (2022), os profissionais (médicos e enfermeiros), são os que mais praticam violência obstétrica, sendo a rede pública com mais prevalência. Existe uma carência da sociedade em relação a reconhecer o que é uma violência obstétrica, sendo uma questão de saúde pública (Silva et. al., 2023). Esse tipo de prática é recorrente no Sistema Único de Saúde, devido ao modelo medicalizado, onde a mulher não tem domínio sobre o corpo e um atendimento desacolhedor (Nascimento et. al, 2022).

Cuidados de enfermagem no acolhimento à pacientes vítimas de violência obstétrica

De acordo com Silva et al., (2022), a equipe de enfermagem é determinante no acolhimento da mulher que sofreu violência obstétrica, por ser considerado uma ponte entre a mulher e sua família. O acolhimento feito pela equipe de enfermagem é fundamental por envolver um diálogo com linguagem clara e de fácil compreensão, dando um cuidado de qualidade a mulher e a sua família.

Portanto, o enfermeiro em conjunto com a equipe de enfermagem é peça fundamental, através das suas atribuições acerca da prestação de serviço humanizado, principalmente na atenção primária, na qual é criado um vínculo entre o profissional e a paciente, passando segurança durante os atendimentos fazendo com que a mulher seja encorajada a falar sobre a violência.

De acordo com Borba et al., (2022), a equipe de enfermagem é fundamental nessa violência, para que isso aconteça é indispensável capacitar toda equipe, uma vez que, oferecem um atendimento humanizado e harmônico a mulher durante o parto e o pós parto, tornando-se um momento único e delicado na vida da mulher. A atuação do enfermeiro no momento que ocorre a violência obstétrica é relevante por acolher a mulher de forma única através das escutas e dos cuidados.

Conclusão

As violências obstétricas são praticadas diariamente durante a prestação de serviços, muitas delas são passadas despercebidas por falta de conhecimento da usuária, ocorrendo nas urgências e emergência obstétrica, nas maternidades, nas unidades básicas de saúde, entre outros serviços, públicos e privados. Violando os direitos e as leis das mulheres grávidas durante a sua gestação e o momento do parto. Deixando marcas que vão além do físico, abalando a saúde mental da paciente. Nesse sentido, o profissional enfermeiro poderá ser um facilitador na seguridade dos direitos básicos destas mulheres.

Entretanto a saúde mental das pacientes que passaram por algum tipo de violência obstétrica fica abaladas, por ter desenvolvido a sensação de incapacidade, insegurança, medo, humilhação e a sensação de impotente. Diante disso criam uma barreira devido a sensação de negatividade promovida pelos profissionais.

O enfermeiro é primordial no quisito da prevenção da violência obstétrica por ser o profissional que está diretamente ligado com o paciente, deste o início da sua gestação no pré-natal até o puerpério nas unidades hospitalares. Desde modo é indispensável a sua atuação na mobilização e conscientização das mulheres, evidenciando e demonstrando exemplo dos tipos de violação dos direitos, durante toda a sua gestação.

A partir deste estudo buscou a contribuição com a discussão do tema elucidando o papel do enfermeiro frente às violências obstétricas, podendo ser utilizado como referencial teórico para estudos posteriores.

Referências

ABREU, Carolina Rocha; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. A Enfermagem e os desafios para saúde da mulher Diante da violência obstétrica. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v.5, n.1, p. 800-812, 2022. Disponível em:< <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/346/276>>. Acesso em: 015 de abril de 2023.

ALENCAR et al. Repercussões da violência obstétrica nas mulheres negras brasileiras: uma revisão integrative. **Society and Development**, v. 11, n. 10, e. 565111031195, 2022. Disponível em:< <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31195/28084>>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

ASSIS, Karina Goes; MEURER, Fernanda; DELVAN, Josiane da Silva. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. **Psicologia Argumento**, v. 39, e.103, p. 135-157,2021. Disponível em:< <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/27239/pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

BORBA, Beatriz Domingues; LIMA, Larissa Carvalho; DAMASCENO, Luana Dias; SANTOS, Luiza Diogo da Silva; PENA, Rafaela Mota. Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrative, 2022. Disponível em:< <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/25631/1/%E2%80%9CATUAC%CC%A7A%CC%83O%20DO%20ENFERMEIRO%20NA%20PREVENC%CC%A7A%CC%83O%20DA%20VIOLE%CC%82NCIA%20OBSTETRI%CC%81CA%E2%80%9D.pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL. Violência obstétrica, 2021. Disponível em:< https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/livreto_violencia_obs_tetrica-2-1.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

_____. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. **Manual para atendimento às**

vítimas de violência na rede de saúde pública do DF. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_saude_publica_DF.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Diretrizes contra manobras agressivas em partos.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533729/noticia.html?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: **Deixar de fazer Manobra de Kristeller: por que e como?**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/deixar-de-fazer-manobra-de-kristeller-por-que-e-como/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

ISMAEL, Fabiana Marques; SOUZA, Gracyane Kely Rocha; ESTEVES, Nathalia Santos; AOYAMA, Elisângela Andrade. Assistência de Enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 2, e.2 p. 75-80, 2020. Disponível em: <<https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/92/85>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

Ladeira, Francieli Martins Borges; Borges, William Antônio. Colonização do corpo e despersonalização da mulher no sistema obstétrico. **Revista de Administração de Empresas**. V. 62, n. 4, 2022, e2021-0082. Disponível em: <>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

LANSKY, Sônia; SOUZA, Kleyde Ventura; PEIXOTO, Eliane Rezende de Moraes; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson; DINIZ, Caemen Simone Grilo; VIEIRA, Nayara Figueiredo; CUNHA, Rosiane de Oliveira; FRICHE, Amélia Augusta de Lima. Violência obstétrica: influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v. 24, e.8, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN3>

6JqPKNCPrjj/?lang=pt>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

LAWRENZ, Priscila; MACEDO, Davi Manzini; HOHENDORFF, Jean Von; FREITAS, Clarissa Pinto Pizarro; FOSCHIERA, Laura Nichele; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Violência contra mulher: Notificações dos profissionais da saúde no Rio Grande do Sul. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, e34428, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/cKGvHBwnZBMFggSHYwGf4wL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

LEMOS, Taciany Alves Batista; SEPULVEDRA, Bruna de Abreu; REZENDE, Thaysa Batista Vieira; CHAGAS, Luciana de Carvalho Coelho; SILVA, Monique Caroline da Costa; MENESES, Ana Raquel Xavier; SANTOS, Laurice Alves. Humanização como forma de superação da violência obstétrica: papel do enfermeiro. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. sup.23, e.207, 2019. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/articulo/view/207/421>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

MARINHO, Adeilma Milhomem Pereira; ALMEIDA, Fabrício Ferreira; MARTINS, Ingrid Paloma Rodrigues; OKABAIASHI, Débora Cirqueira Vieira; SALES, Orcélia Pereira. A prática da violência obstétrica e o papel do enfermeiro no empoderamento da mulher. **Revista Multidebates**, v.5, n.2, 2021. Disponível em: <<http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/370/316>>. Acesso em: 08 de abril de 2023.

Martins, Reny Bastos; Vasconcelos, Milaine Nunes Gomes; Correa, Rachel Geber; Pontes, Munique Therense Costa de Moraes. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. **Caderno de Saúde Coletiva**, 2022;30(1). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jRdjT97Rnn4W84nsBQVMVff/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

Medeiros, Rita de Cássia da Silva; Nascimento, Ellany Gurgel Cosme do. Na hora de fazer não chorou”: a violência obstétrica e suas expressões. **Revista Estudos Feministas**. 30(3): e71008. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ref/a/pYzdkbVZN4Bt h85wSkbgxC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

Nascimento, David Ederson Moreira do; Barbosa, Jessiane Caetano; Isaías, Bruno Barreto; Nascimento, Renato Bruno Holanda; Fernandes, Emmanuel Martins; Luna Neto, Raimundo Tavares de. Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Revista Nursing**, 2022;25(291):8242-8247. Disponível em:<
<https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2662/3224> >. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Mariana Rama Ribeiro; ELIAS, Elayne Arantes; OLIVEIRA, Sara Ribeiro. Mulher e parto: significados da violência obstétrica. **Revista de Enfermagem**, v.14, e243996, 2020. Disponível em:<
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243996/35217>>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

SANTOS, Lara Heloísa da Silva; OLIVEIRA, Natasha Camilo da Silva. O papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica: revisão integrativa, 2022. Disponível em:<
<http://65.108.49.104/handle/123456789/573>>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

SANTOS, Vitória Meireles Ferreira; MELO, Vanessa Cardoso; TAVEIRA, Lúcia de Medeiros. Atuação dos profissionais de saúde frente a violência obstétrica. **Revista artigos**, v. 36, e. 11261, 2023. Disponível em:<
<https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/11261/7073>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

SILVA, Adriele Ferreira; ANDRADE, Alexia Ferreira; CASTRO, Caroline Souza; SOUZA, Ingrid Daiane dos Santos; Sousa, Lorena Araújo. Cuidados prestados pelo enfermeiro à mulheres vítimas de violência Obstétrica: uma revisão integrativa de literatura. 2022. Disponível em:<
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/25608/1/TCC%20-%20Cuidados%20Prestados%20pelo%20enfermeiro%20a%20Mulheres%20V%C3%ADtimas%20de%20viol%C3%Aancia%20obst%C3%A9trica%20.pdf>

Silva, Jardson; Silva, Dayse Barbosa; Gomes, Rayssa Araújo; Braga, Liliane Pereira. Violência contra as mulheres e suas formas de enfrentamento: um relato de experiência sobre o agosto lilás. **Revista Ciência Plural**.2023; 9(2): e31413. Disponível em:<
<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/31413/17421> >. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

Trajano, Amanda Reis; Barreto, Edna Abreu. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface**. P. 1807-5762. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

ZANARDO, Gabriela Lemos Pinho; URIBE, Magaly Calderón; NADAL, Ana Hertzog Ramos; HABIGZANG, Luísa Fern, eanda. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia e Sociedade**, 29, e155043, 2018. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 de abril de 2023.